

SEAE

Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade
Ministério da Economia

JANEIRO/2022

61 2027-7475
radar.seae@economia.gov.br



EDITORIAL

O Relatório Radar Regulatório é uma iniciativa da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE) do Ministério da Economia, com o objetivo de dar publicidade às ações, recomendações e políticas públicas conduzidas pela Secretaria, bem como verificar a sensibilidade dos principais agentes de mercado às reformas mais importantes para a economia brasileira.

O Relatório está organizado em 5 seções: 1 – Overview Regulatório; 2 – Reformas Transversais; 3 – Reformas Setoriais; 4 – Acompanhamento das Agências Reguladoras; e 5 – Prioridades de Mercado.

A primeira seção do Radar trata do acompanhamento da convergência regulatória brasileira à OCDE, monitorada pelo indicador *Product Market Regulation* (PMR). A segunda versa sobre projetos legislativos transversais às diferentes áreas da economia brasileira. A terceira e quarta seções trazem, respectivamente, o monitoramento da nossa agenda setorial, distribuída nas propostas de reformas e inovações legislativas para alguns setores da economia e a interação da própria SEAE com as entidades reguladoras brasileiras por meio de recomendações às consultas públicas. Por fim, a quinta seção do Radar apresenta aquelas que são consideradas as reformas e os projetos prioritários para o Brasil na visão das entidades representativas do setor produtivo.

Este é um projeto em constante aprimoramento, e que por isso, sugestões são bem-vindas por meio do e-mail: radar.seae@economia.gov.br



Versão Beta

RADAR
REGULATÓRIO

DESTAQUES - JAN/2022



RADAR
REGULATÓRIO

Poder Executivo envia ao Congresso Nacional PL de Regulação do Lobbying

Reforma tributária continua sendo a prioridade #1 do setor produtivo

Sanções do Novo Marco Legal do setor ferroviário e do BR do Mar devem levar a reduções nos custos logísticos da economia brasileira

Consulta pública da ANAC prevê a revisão das regras de alocação de slots em aeroportos coordenados

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 1: Overview Regulatório

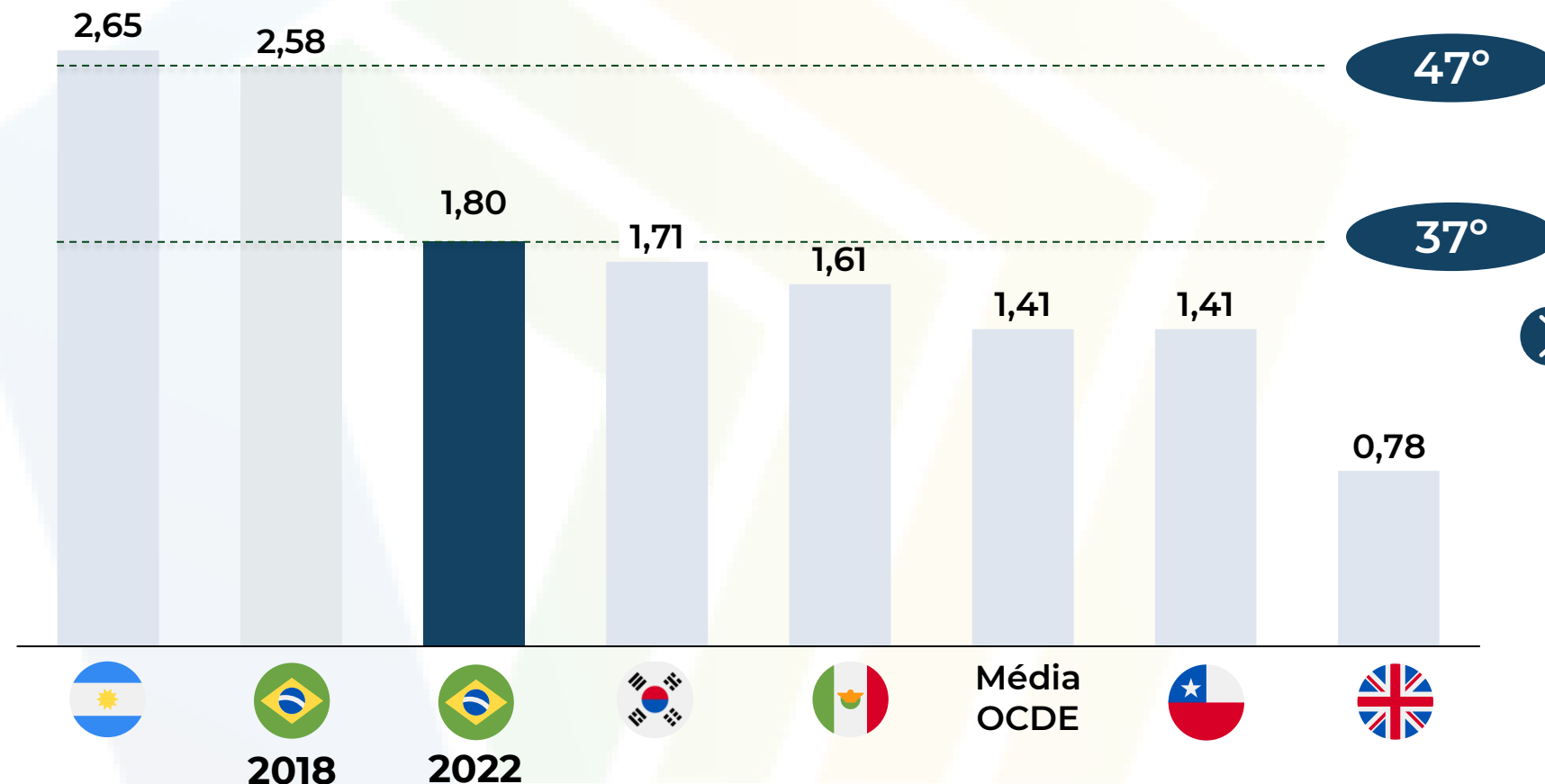
Panorama *Product Market Regulation* - OCDE

Atualização



A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR

Estimativa baseada na análise feita pela SEAE



Para medir a posição regulamentar dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).

Panorama regulamentar PMR

- **Racionalização dos regulamentos para O&G** (Lei 14.134/2021)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro na indústria aérea** (Lei 13.842/2019)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro no setor das Telecomunicações** (Lei 14.195/2021)
- **Nova lei da banda larga** (Lei 13.879/2019)
- **Incentivos para realizar análises custo-benefício** (Calculadora de encargos regulamentares - CalReg)
- **Redução da burocracia e da carga regulamentar** (Decreto 10.411/2020)
- **Novo marco legal do mercado de câmbio** (PL 5.387/2019)
- **BR do Mar** (Lei 14.301/2022)
- **Marco Legal das Ferrovias** (Lei 14.273/2021)

Melhorias regulatórias implementadas (até Janeiro 2022)

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



Andamento



Em discussão no Executivo



Enviado ao Congresso



Casa Iniciadora



Casa Revisora



Retorno à casa iniciadora (caso necessário)



Aguardando Sanção



Análise de Vetos (caso necessário)



Fim dos trâmites

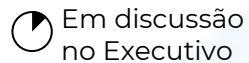
Reforma	Origem	Descrição	Andamento
Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais	PL 3.203/2021	Redução de benefícios tributários para que estes alcancem, ao final de oito anos, patamar igual ou inferior a 2% do PIB	Casa Iniciadora
PEC dos Fundos Públicos	PEC 187/2019	Propõe extinção de fundos públicos criados até 31/12/2016, caso não sejam ratificados por meio de lei complementar específica	Casa Revisora
Reforma Administrativa	PEC 32/2020	Altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios	Casa Iniciadora
PEC dos Precatórios	PEC 23/2021	Permite o parcelamento do pagamento de precatórios e estabelece a taxa básica de juros como indexador da dívida	Fim dos Trâmites Emenda Constitucional 114

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



Andamento



Reforma	Origem	Descrição	Andamento
Reforma Tributária I	PEC 45/2019	Criação do IBS a partir da substituição de cinco tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS	Casa Iniciadora
Reforma Tributária II	PEC 110/2019	Criação do IBS a partir da substituição de nove impostos, além de alterações em outros tributos, tal como o IR	Casa Iniciadora
Reforma Tributária III	PL 3.887/2020	Criação da CBS a partir da substituição do PIS e Cofins	Casa Iniciadora
Reforma Tributária IV	PL 2.337/2021	Reforma da legislação do Imposto de Renda e da CSLL	Casa Revisora

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



Andamento

- Em discussão no Executivo Enviado ao Congresso Casa Iniciadora Casa Revisora Retorno à casa iniciadora (caso necessário) Aguardando Sanção Análise de Vetos (caso necessário) Fim dos trâmites

Reforma	Origem	Descrição	Andamento
PL dos Super Salários	PL 6.726/2016	Regulamenta a aplicação do limite remuneratório de agentes públicos, aposentados e pensionistas.	Casa Revisora
PL da Regulação do Lobbying	PL 4.391/2021	Regulamenta e dá mais transparência à atividade de lobby no Brasil	Casa Iniciadora
PL das Concessões Públicas	PL 7.063/2017	Reduz o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios	Casa Revisora

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Setor Transportes



HYUNDAI **RADAR**
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

Privatização Porto de Santos

Cessão onerosa do Porto Organizado de Santos, por meio de contrato de concessão.

- Modelagem do processo de desestatização em fase de conclusão, por meio de estudos contratados pelo BNDES.
- Próximo passo: consulta pública da ANTAQ.
- Previsão da desestatização: 2ºsem/2022

- Viabilização dos investimentos requeridos em ampliação de capacidade e modernização.
- Redução do custo portuário e melhoria da qualidade dos serviços prestados.



Privatização da Ferroeste

Cessão onerosa da Estrada de Ferro Paraná OESTE S/A, por meio de contrato de concessão.

- Todos os trechos a serem construídos sob o regime de autorização foram autorizados, faltando a aprovação do estudo de impacto ambiental (governo do Paraná).
- Audiência pública prevista para 1ºTrim/2022. Leilão deverá acontecer no 2º Trim/2022.

- Investimentos previstos da ordem de R\$ 8,7 bilhões.
- Redução do custo do frete para o escoamento da produção.
- Melhoria da estrutura logística para o escoamento da produção agrícola do Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul.



Rodada de Licitação de Aeroportos

7ª Rodada é dividida em 3 blocos: (i) Blocos Norte II: Belém; Santarém, Carajás, Altamira e Macapá; (ii) Bloco RJ-MG: Santos Dumont, Jacarepaguá, Uberlândia, Montes Claros e Uberaba; e (iii) Bloco SP-MS: Congonhas, Campo de Marte, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

- Editais e contratos da 7ª rodada foram aprovados pela ANAC.
- Estudos de viabilidade técnica e econômica seguiram para a análise final do TCU.
- Edital previsto para 2º trim./22, leilão 3º trim./22 e contrato 4º trim.22.

- Investimentos totais previstos de R\$ 8,8 bilhões.
- Aumento da quantidade de voos realizados nestes aeroportos, com o consequente incremento concorrencial



Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes



Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

Resolução ANTT de Regulamentação do TRIIP

Processo de adequação da Regulamentação da Lei nº 12.996/2014, que estabeleceu a abertura de mercado para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip).

Realizada Audiência Pública ANTT 04/2020. Em dezembro de 2020 foi aprovado no Senado o PLS 3.819/2020, que insere restrições à concorrência no Triip no sentido oposto ao da proposta da ANTT.

- Consolidação da abertura de mercado e a livre concorrência no mercado de transporte rodoviário de passageiros.
- Efeitos positivos esperados sobre o aumento da oferta do serviço, melhoria do nível de qualidade do serviço e redução de preços das passagens de ônibus.

PLS 261/2018 – Outorgas Ferroviárias por Autorização

Criação de novo formato de exploração de ferrovias, por meio de autorizações, visando a dar maior dinamicidade e flexibilidade da exploração do serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros.

- Transformado na Lei n.º 14.273/2021

- Atração de investimentos e novos modelos de negócios (Short-lines) - formato de outorga mais flexível.
- Expansão da oferta de transporte ferroviário com possível redução do custo do frete para os usuários.

Projeto BR do Mar – PL 4.199/2020

Projeto visando à flexibilização das condições de afretamento de embarcações para uso da navegação de cabotagem no Brasil.

- Transformado na Lei n.º 14.301/2022

- Redução dos custos de afretamento de embarcações.
- Efeitos positivos sobre o aumento da oferta do serviço e redução de custos para os usuários.

Setor Óleo e Gás



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



Reforma Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor	Síntese Resumo do que trata a reforma	Andamento Avaliação do andamento e a perspectivas	Impacto Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida
Medidas Provisórias 1.063/2021 e 1.069/2021 (Arranjos comerciais)	Permite a venda direta por produtor ao posto revendedor de etanol hidratado combustível.	<ul style="list-style-type: none">• MP 1.063/2021: convertida na Lei 14.292, de 2022.• MP 1.069/2021: enviada à Câmara dos Deputados, com vigência prorrogada até 20 de fevereiro.	<ul style="list-style-type: none">• Redução dos custos de transação e redução do preço ao consumidor final.
Projetos de Lei 3.178/2019 e 5.007/2020 (Reestruturação do Regime de Partilha)	Revisão do regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e estratégicas	<ul style="list-style-type: none">• PL 3.178/2019: Comissão de Serv. de Infraestrutura do Senado Federal.• PL 5.007/2020: Comissão Des. Econômico, Ind., Com. e Serv., da Câmara dos Deputados.	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do investimento; e geração de emprego e renda com ampliação do número de <i>players</i>.
Revisão das Resoluções ANP 37/2013 e 52/2011 (Regulação da Nova Lei do Gás)	<ul style="list-style-type: none">• Revisão das normas regulatórias para ampliação da capacidade de transporte.• Revisão da dinâmica de comercialização de gás natural.	Temas em estudo e desenvolvimento da regulamentação pela ANP e outros órgãos do Poder Executivo. Previsão de Consulta Pública: abr/22 (R. ANP 37/2013) e jun/22 (R. ANP 51/2011 e 52/2013).	<ul style="list-style-type: none">• Aumento dos investimentos e redução de preços ao consumidor final.

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PLP 16/21 (unificação de ICMS)

Termo de Compromisso de Cessação (TCC) no mercado de gás natural e no mercado de refino

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Prevê a apuração do ICMS-substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina a partir de valores fixos por unidade de medida, definidos na lei estadual.

Monitoramento das ações de desinvestimento, acesso de terceiros às infraestruturas essenciais e outros compromissos firmados no TCC celebrado entre CADE e Petrobras no mercado de gás natural e no mercado de refino.

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Declarado prejudicado em face da aprovação em Plenário da Câmara do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020

- TCC Gás Natural: 75,6% implementado
- TCC Refino: em acompanhamento pelo CADE.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Menor volatilidade do valor cobrado de ICMS e do preço ao consumidor de combustíveis.
- Redução do preço da molécula de gás e do preço do produtor de derivados de petróleo; e
- Aumento de investimento e geração de emprego e renda

Setor Elétrico



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Elétrico



Reforma Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor	Síntese Resumo do que trata a reforma	Andamento Avaliação do andamento e a perspectivas	Impacto Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida
Desestatização da Eletrobras	A desestatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União	<ul style="list-style-type: none">• TCU autorizou prosseguimento dos estudos, mas ainda deverá se manifestar ao final do processo.• Mantida previsão de desestatização para maio/2022	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecimento da capacidade de investimento da empresa, e possibilidade de modicidade tarifária, face ao aporte de parte dos recursos da desestatização à CDE.
PL 414/2021 (PLS 232/2016): novo marco do Setor Elétrico	O PL aprimora o modelo regulatório e comercial do setor elétrico, com vistas à expansão do mercado livre, dentre outras alterações..	O PL aguarda Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	<ul style="list-style-type: none">• Incentivo à concorrência devido à liberdade de escolha na compra de energia elétrica pelos consumidores. Essa política já é adotada por países como Japão, Alemanha, Coreia do Sul, França e Reino Unido.

Setor Financeiro



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

Reforma Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor	Síntese Resumo do que trata a reforma	Andamento Avaliação do andamento e a perspectivas	Impacto Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida
PL 4.188/2021 (Novo Marco Legal de Garantias)	Institui o serviço de gestão especializada de instrumentos de garantias móveis e imóveis, que será realizado por Instituições Gestoras de Garantia – IGG e regulado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.	Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; Aguardando o parecer do relator na Comissão de Educação; Aguardando o parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação	<ul style="list-style-type: none">• Potenciais ganhos de escala e escopo desse serviço, tornando mais eficiente o uso de garantias no processo de concessão de crédito.
MP 1.085/2021	Cria e regulamenta o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).	A ser examinada pelo Congresso Nacional após o recesso parlamentar	<ul style="list-style-type: none">• Proporcionar maior publicidade e segurança para o uso de bens móveis como garantia em operações de crédito.• Promover redução de prazos para emissão de certidões e registros de escrituras de compra e venda de imóveis.
PL de Modernização do Sistema de Garantias Brasileiro	O PL aprimora e adequa os institutos de garantias do sistema legal brasileiro às melhores práticas internacionais	Fechamento do texto final conforme adequações propostas em Consulta Pública (tramitação interna no Poder Executivo)	<ul style="list-style-type: none">• Promover a abertura de novos mercados de crédito• Possibilitar a instituição de financiamentos com garantia que hoje não existem• Reduzir substancialmente os custos transacionais para se dar um ativo como garantia

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PL 5.387/2019: Novo Mercado de Câmbio

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Moderniza e simplifica a legislação atual e transfere parte da legislação operacional para o infralegal, facilitando sua atualização e adequação às novas tecnologias digitais.

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Transformado na Lei n.º 14.286/2021

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Potenciais ganhos de eficiência e redução de custos em operação para empresas e consumidores.

Setor Tecnologia



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PL 3.832/2019: revisão da Lei do SeAC (TV por assinatura)

PL 21/2020: marco legal do desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA)

Síntese

Resumo do que trata a reforma

- Retirada de restrições a verticalizações no setor
- Retirada de restrições a investimentos
- Segurança jurídica para o VoD

- Estabelece princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para a IA
- Adota princípios e recomendações da OCDE para IA que o Brasil endossou

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

PL 3.832/2019 pode ser votado no 2º sem/2021

PL sob regime de urgência, aprovado na Câmara dos Deputados em 30 de setembro de 2021, e remetido ao Senado Federal.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Aumento dos investimentos em produção e distribuição de conteúdo audiovisual
- Aumento dos investimentos na adoção de inteligência artificial, com repercussões positivas na produtividade e digitalização da nossa economia

Setor Saúde



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Saúde

Reforma Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor	Síntese Resumo do que trata a reforma	Andamento Avaliação do andamento e a perspectivas	Impacto Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida
MP 1.067/2021 (Cobertura dos planos de saúde)¹	Reduz o prazo de análise e resposta dos pedidos inclusão de novos procedimentos de coberturas no âmbito da saúde suplementar	Texto aprovado pela Câmara dos Deputados em 15/12/2021, aguardando leitura no Senado Federal	<ul style="list-style-type: none">• Preservação das regras atuais para inclusão de novos procedimentos cobertos pelos planos de saúde.• Não haveria aumento de custos para as operadoras.
PL nº 7.419/2016 e apensos	Alteração da Lei nº 9.656/1998, para incluir obrigatoriedade de cobertura de: despesas de acompanhantes de menores; homecare; consulta com profissional de Educação Física; venda de planos individuais; controle de reajuste de planos coletivos, e outros.	Comissão instalada, com requerimentos já aprovados para audiências públicas em setembro/21.	<ul style="list-style-type: none">• A maioria dos apensos prevê expansão de coberturas sem análise prévia de custos ou aumento da intervenção estatal. Alto risco de impacto concorrencial negativo.
Precificação de novos medicamentos	Revisão da Resolução CMED nº 2/2004, que estabelece critérios para definição de preços de produtos novos e novas apresentações de medicamentos	Análise das contribuições à CP SEAE nº 2/2021.	<ul style="list-style-type: none">• Aperfeiçoamento do modelo de precificação da inovação;• Simplificação dos procedimentos e critérios utilizados na precificação de medicamentos.

(1) A MP nº 1.067/2021 alterou o processo de incorporação de novas tecnologias e medicamentos conduzido pela ANS. Com isso, pretende que o veto presidencial ao PL nº 6.330/2019 seja mantido, uma vez que mantém as análises necessárias para novas coberturas devidas por operadoras de planos de saúde, em prazo menor, ao contrário do PL, que determinava cobertura obrigatória de antineoplásicos em 48 horas., sem as análises mínimas prévias.

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Saúde

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PL 7.419/2016 (e apensados)

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Alteração da Lei nº 9.656/1998, para incluir obrigatoriedade de cobertura de: despesas de acompanhantes de menores; homecare; consulta com profissional de Educação Física; venda de planos individuais; controle de reajuste de planos coletivos, e outros.

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- A maioria dos apensos prevê expansão de coberturas sem análise prévia de custos ou aumento da intervenção estatal. Alto risco de impacto concorrencial negativo.

Setor Recursos Naturais



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PL 2.159/2021: Lei Geral do Licenciamento Ambiental

Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente

Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal

- Potencial aumento do fluxo de investimentos em importantes setores da economia

PL 5.518/2020: Concessões Florestais

Reduz barreiras regulatórias que dificultam a exploração sustentável das florestas e aumenta a atratividade das concessões florestais por meio da permissão de receitas acessórias

Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

- Aumento da área florestal concedida
- Redução do desmatamento na Amazônia
- Melhoria da situação econômica das comunidades próximas às áreas concedidas

PL 2.148/2015 (e apensados): Mercado de Carbono

Institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que vai regular a compra e venda de créditos de carbono no País

Plenário da Câmara dos Deputados

- Incentivo econômico à conservação e proteção ambientais, assim como à realização de atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa
- Melhoria do ambiente e segurança do mercado de créditos de carbono no Brasil
- Valorização dos ativos ambientais brasileiros

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PLS 495/2017: Mercado de água

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Melhora a gestão de crises hídricas e contribui para a redução dos conflitos pelo uso de recursos hídricos

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras



Agência

Consulta

Recomendação SEAE



CP 07/2021: altera o marco regulatório da atividade de revenda varejista de combustíveis.

1. Incorporar a possibilidade de o TRR comercializar gasolina C, EHC e Diesel B junto aos revendedores varejistas de combustíveis automotivos.
2. Reformular os arranjos de negócio da revenda varejista de combustíveis automotivos, segundo termos apontados no Parecer da SEAE, para novos contratos entre agentes da revenda e distribuição.
3. Retirar a limitação geográfica (municipal) para a entrega (delivery) de combustíveis.



CP 12/2021: regras do novo modelo de comercialização de biodiesel, em substituição aos leilões públicos

1. Flexibilizar a forma de contratação dos distribuidores de combustíveis, conferindo liberdade sobre proporcionalidade da forma contratual de biodiesel;
2. Não estabelecer reserva de mercado para os produtores com Selo Biocombustível Social além do mínimo necessário para atender ao disposto na Resolução CNPE nº 14/2020, ou a outra norma desse Conselho; e
3. Estudar ações que possam reduzir barreiras à entrada e favorecer outros incentivos à eficiência econômica no mercado de biodiesel (ex. flexibilização das tecnologias de produção de biodiesel).



CP 10/2021: minuta do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão dos Serviços Locais de Gás Canalizado entre o Estado de São Paulo e a Comgás

1. A realização de licitação, ao invés de prorrogação da vigência do contrato de concessão.
2. Exclusão do conteúdo da minuta do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que ampare o by-pass do transporte ao permitir a conexão direta dos dutos da rede de Serviço Local de Gás Canalizado a fontes de suprimento, de modo que não sejam desenvolvidos projetos que possibilitem esse by-pass.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras



Agência

Consulta

Recomendação SEAE



AP 04/2021: proposta de regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros.

1. Flexibilização das limitações e exigências aplicáveis à categoria de viagem eventual, para favorecer a prestação de serviço mais responsiva às preferências dos consumidores;
2. Eliminação da vedação à comercialização de assentos vagos de beneficiários de gratuidade, em função do não comparecimento e inexistência de novos solicitantes.



AP 07/2021: colher sugestões às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovias e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, que visam a concessão para exploração da BR-040/RJ MG e BR-495/RJ.

- 1- Avaliação de medidas que podem reduzir o valor da tarifa com uma gestão mais eficiente dos riscos cambiais.
- 2- Avaliação de medida que possibilite o atingimento da menor tarifa cobrada dos usuários



CP 019/2021: obter subsídios para revisar regras de alocação e monitoramento do uso da infraestrutura aeroportuária e de minuta de decisão exemplo de declaração de aeroporto coordenado nível 4.

1. Avaliação de medidas que visam aumentar a contestabilidade.
2. Avaliação de medidas que podem vir a aumentar a capacidade aeroportuária.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras



Agência

Consulta

Recomendação SEAE



AP 001/2021 e 006/2021: certame licitatório referente ao arrendamento do MAC11 (Granéis Líquidos e GLP em Maceió) e do MUC59 (Granéis Líquidos em Fortaleza/Mucuripe), respectivamente.

Adoção, pela Antaq, de mecanismos nessa licitação para evitar casos de sobreposição horizontal ou de integração vertical visto que áreas portuárias apresentam característica de essential facility, onde determinado agente poderia utilizar o ativo portuário para dominar o mercado para limitar a concorrência.



AP 02/2021: sobre minutas de Resoluções que visam estabelecer o novo arcabouço regulatório das ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

No âmbito concorrencial, constatou-se, de um lado, a criação do registro automático das ofertas públicas, e de outro a obrigação do registro dos intermediários dessas ofertas. Tais novidades regulatórias vem substituir as ofertas públicas com esforços restritos, consideradas bem sucedidas por alguns estudos. Neste contexto, a Seae questionou se a introdução de duas novas obrigações (registro automático e registro dos intermediários) não aumentaria mais os custos das empresas do que os benefícios alegados pela CVM, podendo prejudicar a concorrência e criar barreiras à entrada.



AP 03/2021: sobre minutas de Resoluções que estabelecem nova regulamentação sobre certificados de depósitos emitidos no Brasil com lastro em ações ou valores mobiliários representativos de dívida emitidos no exterior (BDR)

No âmbito concorrencial, a Seae apontou a existência de limitadores do número e variedade de fornecedores e de opções para os investidores, além de redutores de incentivo à competição, destacando-se a proibição de que BDRs nível I sejam negociados em mercados não organizados e a obrigação de que BDRs nível III devam ser objetos de oferta pública de distribuição no rito ordinário.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras



Agência

Consulta

Recomendação SEAE



Notícia Regulatória N° 13-E/2020: revisão normativa sobre lançamento comercial de obras audiovisuais fomentadas, motivada pela nova configuração do mercado provocada pela pandemia do novo coronavírus e pelas novas tecnologias existentes no mercado.

1. A princípio, a medida apresenta impactos positivos à economia e à concorrência.
2. Mas, é necessário observar alguns pontos:
Quais serão os impactos nas outras áreas da cadeia da indústria do audiovisual brasileiro? Como ficará a situação específica da área de exibição (Salas de Cinema) e como será absorvido esse impacto? Existe previsão de auxílio específico para esse elo? Qual será a implicação da mudança nos contratos do FSA, uma vez que existe previsão de retorno de investimento? A janela de Salas de Exibição é mais rentável que a venda direta a plataformas de streaming? Caso se opte por essa flexibilização de primeira janela, quanto tempo ficará em vigor a norma proposta, uma vez que a situação deverá ser diferente após a redução considerável dos efeitos da pandemia?



CP 40/2021: atualização dos requisitos técnicos para avaliação da conformidade de reforçador de sinais interno.

1. Aprofundamento dos estudos, por meio de AIR.
2. Aguardar por, pelo menos, 2 anos os desdobramentos dos fatores-chave envolvendo o mercado de telecomunicações, em especial o desenvolvimento da tecnologia 5G.
3. A não-intervenção, nesse momento, seria a opção mais efetiva.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras



Agência

Consulta

Recomendação SEAE



CP 89/2021: monitoramento do risco assistencial para acompanhamento de operadoras de planos de assistência à saúde

1. A proposta tende a gerar impacto concorrencial negativo, na medida em que possa dar margem a distorções na aplicação de medidas administrativas pela ANS, com o risco de levar a uma maior concentração de mercado.
2. Deve ser realizada AIR para mensurar os efeitos da medida, em vista da possibilidade de serem tomadas escolhas regulatórias que impactem os interesses dos agentes regulados.



AP 07/2021: sobre alteração pontual nas Resoluções CVM nº 45 e 46, ambas de 2021, para inclusão de prazo para devolução de pedido de vista.

SEAE recomendou a contagem dos prazos dos períodos de vistas em dias corridos e não em dias úteis, com inclusão automática do processo em pauta findo tal período - caso o responsável não o faça - e estabelecendo-se a possibilidade de um único pedido de vistas para cada processo. Ademais, recomendou o impedimento de pautar processos por 30 dias corridos para o membro do colegiado que ultrapassar o prazo estabelecido para a inclusão do processo em pauta após o período de vistas.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Consultas públicas em aberto: Apresentará consultas que estejam em andamento para que os agentes de mercado tenham conhecimento e possam atuar, caso julguem necessário

Agência

Consulta

Prazo



CP 27/2021 - revisão de norma que regula o acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.

27/01/2022



CP S/N: regulamentação dos critérios de credenciamento e compartilhamento relativos aos canais de distribuição obrigatória pelas prestadoras do (SeAC).

07/02/2022



CP 60/2021: reavaliação da regulamentação sobre bloqueador de sinais de radiocomunicações.

16/02/2022

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Consultas públicas em aberto: Apresentará consultas que estejam em andamento para que os agentes de mercado tenham conhecimento e possam atuar, caso julguem necessário

Agência

Consulta

Prazo



CP 01/2022: plano geral de melhorias de competição

11/03/2022

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 5

Seção dedicada a listar as **reformas e inovações legislativas prioritárias no ponto de vista do mercado**

Entidades representativas, inscritas no Radar, foram convidadas a apontar quais são as reformas prioritárias sob sua análise

O resultado pode ser encontrado nas páginas seguintes, no qual foram **listadas as Top 6 reformas mais citadas, com suas respectivas considerações também apresentadas por essas instituições**

Entidades que contribuem com o Radar Regulatório



Quer contribuir com o Radar? Solicite sua inscrição por meio do email: radar.seae@economia.gov.br

Seção 5: Prioridades do Mercado (Jan/2022)¹

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

1

Reforma Tributária

Simplificação do sistema atual, redução dos custos e eliminação de assimetrias para contribuir para o aumento da competitividade e melhoria no ambiente de negócios

2

Reforma Administrativa

Revisar o papel do setor público, de forma a otimizar recursos, promover a meritocracia e focar na gestão eficiente são pontos de partida para uma reforma administrativa exitosa

3

Lei Geral de Licenciamento Ambiental

A padronização de prazos e regras de forma a dar previsibilidade aos *stakeholders* permitiria avanços em obras importantes para o País em áreas como infraestrutura, saúde e educação

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

Seção 5: Prioridades do Mercado (Jan/2022)¹

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

4

Modernização do Setor Elétrico

Aperfeiçoar o modelo regulatório do setor elétrico de forma a promover a abertura ao mercado livre de energia para todos os consumidores é uma passo importante na direção da redução de preços e aumento de eficiência.

5

Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

O mercado de carbono pode fomentar avanços na direção de uma economia de baixa emissão, além de representar muitas oportunidades para o setor produtivo brasileiro

6

Acesso a Crédito

Facilitar o crédito e regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito contribuem para a redução de custos das empresas e possibilitam o aumento no fluxo de investimentos.

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

**Contribua com a construção
do Radar: envie dúvidas,
sugestões e contribuições
por meio do email:
radar.seae@economia.gov.br**

DEZEMBRO/2021

61 2027-7475
radar.seae@economia.gov.br

